

Dossiê Temático

Políticas patrimoniais contemporâneas e os novos desafios da antropologia

Patricia Silva Osorio (org.)¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Simone Pondé Vassallo (org.)²
Universidade Federal Fluminense

A C E N O

OSORIO, Patricia Silva; VASSALLO, Simone Pondé. **Dossiê Temático: Políticas patrimoniais contemporâneas e os novos desafios da antropologia: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6 (11): 31-34, janeiro a julho de 2019. ISSN: 2358-5587

¹ Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso, atuando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, com pós-doutorado pela CRIA/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Bolsa Estágio Sênior CAPES).

² Professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Doutorado em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (2001) através de bolsa da CAPES. Tem pós-doutorado (bolsa Faperj de Fixação de Pesquisador) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2004-2006).

Apresentação

O presente dossiê é fruto de um Grupo de Trabalho (GT) realizado durante a 31ª. Reunião Brasileira de Antropologia (ABA), em 2018, em Brasília. Ele integra as atividades do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, que procura suscitar reflexões e análises sobre o campo dos patrimônios e dos museus a partir de uma perspectiva antropológica.

O tema do dossiê foi escolhido devido às recentes transformações ocorridas no campo do patrimônio. Temos, por um lado, o avanço de setores conservadores que, com cada vez mais força, se exprimem tanto em órgãos do Estado quanto entre a sociedade civil, trazendo novos agentes e novas perspectivas, e redirecionando entendimentos, ações e políticas relacionadas ao patrimônio. Por outro, temos o avanço das políticas neoliberais nas práticas patrimoniais, que trazem a participação da iniciativa privada e também são responsáveis por novos entendimentos e formas de ação. Entendemos que tais mudanças devem ser incorporadas às reflexões acadêmicas, na medida em que os seus impactos são profundos e precisam ser investigados.

No Brasil, as políticas patrimoniais tiveram início na década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), e até o final dos anos 1970 concentraram-se no patrimônio histórico e artístico material, que englobava sobretudo a herança luso-brasileira presente nas igrejas católicas barrocas e fortificações militares. Ao longo dos anos 1980, com a redemocratização do país e a rearticulação dos movimentos sociais, novas definições de patrimônio passaram a ser incorporadas às práticas estatais e a noção de patrimônio cultural ganhou centralidade. Foi assim que patrimônios fazendo referência à herança africana e indígena, dentre outros grupos, começaram a ser reconhecidos, não sem embates dentro dos próprios órgãos públicos de preservação patrimonial. Desde então, novas modalidades de patrimônio foram reconhecidas, como o genético e o intelectual, dentre outros.

Nos anos 2000, foram criadas as políticas de promoção do patrimônio imaterial, que propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como

os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos e por reconhecimento. Mas para além das ações dos órgãos do Estado, e com ou sem a presença destes, indivíduos e grupos produzem os seus próprios entendimentos do que seja o patrimônio e realizam os seus próprios processos de patrimonialização. No campo da antropologia, podemos destacar dois movimentos: por um lado, os órgãos públicos voltados para o patrimônio tenderam a se aproximar de definições antropológicas de cultura mais abrangentes e relacionais; por outro, os próprios antropólogos procuraram ampliar as possibilidades de entendimento do patrimônio, trazendo para a análise não apenas as definições do IPHAN como também as concepções de diferentes grupos.

No entanto, com a virada política ocorrida a partir de 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Além disso, o avanço das políticas de caráter neoliberal, das parcerias público-privadas e dos projetos desenvolvimentistas impactam diretamente na vida de povos tradicionais e seus modos de vida, bem como nas práticas de patrimonialização de órgãos do Estado. É justamente sobre essas mudanças que esse dossiê procura se debruçar.

Os artigos aqui apresentados trabalham com noções ampliadas de patrimônio que procuram desnaturalizá-lo e escapar de definições rígidas, chamando a atenção para a sua dimensão processual, polifônica, conflitiva e muitas vezes política.

O primeiro artigo, de Guilherme Eugênio Moreira, analisa a transição conservadora a partir de uma pesquisa de campo na Gerência de Patrimônio Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (IEPHA-MG). Para tanto, o autor observa o processo de registro das Folias de Minas como bem imaterial, ou de “fabricação do patrimônio”, como ele prefere chamar. Partindo da noção de “participação”, frequentemente acionada por técnicos do IEPHA, Guilherme Eugênio nos mostra as posições ambivalentes assumidas por estes em meio à reforma administrativa que gerou demissões e privatizações, promovidas com a chegada de um novo governo de estado que trouxe outros entendimentos sobre o lugar da cultura e do patrimônio na política.

O segundo artigo nos traz a fragilização do Estado de Direito e seus efeitos nas políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial através de uma análise da capoeira gospel. Maria Paula Fernandes Adinolfi nos revela as intrincadas redes que unem grupos de capoeira gospel, igrejas neopentecostais e partidos políticos, e que já resultaram na criação de Frentes Parlamentares da Capoeira na Câmara de Deputados. Para a autora, a capoeira gospel não deve ser pensada apenas como um fenômeno religioso, mas sim como um projeto de ampliação do poder político e da base eleitoral de certas igrejas. Suas iniciativas ameaçam a diversidade cultural – e em particular as práticas culturais de matriz africana – bem como a laicidade.

Já o artigo de Luca Otero d’Almeida Fuser investiga o projeto arquitetônico do estádio do Pacaembu, em São Paulo, realizado por um consórcio de empresas visando a sua concessão, impulsionada pela chegada de João Dória à prefeitura. Tentando compreender os valores que permeiam o projeto, o autor observa que noções como “articulação do conjunto”, “integração interna” e “maior conexão

com o bairro” são então acionadas para justificar a demolição de algumas partes e a preservação de outras. Para Luca Otero, o projeto promove uma valorização dos aspectos estéticos e/ou arquitetônicos em detrimento das práticas sociais que lhe dão sentido na contemporaneidade. Com isso, privilegia a noção de monumentalidade, mas oculta a sua história e o dissocia dos seus usos e significados ao longo do tempo.

Por fim, o artigo de Tiago Silva Alves Muniz se propõe a ampliar os entendimentos sobre patrimônio e políticas de patrimonialização ao nos apresentar o emaranhado de humanos e não humanos envolvidos com a produção da borracha na região do Baixo Amazonas, no Pará. O autor propõe que se reconheçam as narrativas locais de seringueiros e seus remanescentes, bem como os diferentes agenciamentos que ocorrem no processo de produção gomífera, como os da própria árvore seringueira e do fungo, dissolvendo as fronteiras entre o natural e o cultural.

Desejamos uma boa leitura!